

O ESTADO DE S. PAULO

Publicado desde 1875
Américo de Campos (1875-1884)
Francisco Rangel Pestana (1875-1890)

Julio Mesquita (1885-1927)
Julio de Mesquita Filho (1915-1969)
Francisco Mesquita (1915-1969)
Luiz Carlos Mesquita (1952-1970)

José Vieira de Carvalho Mesquita (1947-1988)
Julio de Mesquita Neto (1948-1996)
Luiz Vieira de Carvalho Mesquita (1947-1997)
Ruy Mesquita (1947-2013)

A vida entre as duas abóbadas

WASHINGTON NOVAES

Segundo o noticiário, termina amanhã o prazo concedido por instituições ruralistas ao Ministério da Justiça para que o governo federal solucione os “conflitos fundiários” que envolvem terras ou reivindicações indígenas. Já em carta aberta à presidente da República, organizações indígenas pedem nada menos que intervenção federal em Mato Grosso do Sul para solucionar esses mesmos conflitos – uma “situação urgente e gravíssima” (Instituto Sócio-Ambiental, 22/11). Trata-se, diz a carta, de uma “tragédia anunciada”, pois os fazendeiros partiriam para o confronto, em que haveria “derramamento de sangue”, conforme anunciado por um dirigente da Associação de Criadores do Estado.

É inacreditável que se chegue aí e que o governo federal anuncie, como fórmula para evitar conflitos, a criação de um “programa com recursos do Orçamento da União” para a “aquisição de novas terras indígenas ou indenizar proprietários rurais pela expropriação de áreas demarcadas” (Valor, 23/11). Eisso um quarto de século depois de promulgada a Constituição de 1988 – que definiu os direitos das etnias indígenas. Agora com o governo dizendo que vai “reformular” as regras para demarcação de terras indígenas, embora incorporando ao processo outras instituições. Não bastasse, há uma proposta de emenda constitucional em tramitação no Congresso que atribuiria ao próprio Legislativo o poder de demarcação.

Claude Lévi-Strauss, que se apaixonou pelo tema ao viver entre nossos índios, com certeza ficaria perplexo diante de um quadro como esse. Pois lembava que os indígenas, que eram milhões e donos de todas as terras, não mataram as centenas de portugueses recém-chegados porque não quiseram; receberam-nos com todas as honras, porque sua visão de mundo os fazia crer que “o outro sempre chega”; por isso, o limite da liberdade de cada pessoa está no direito do outro. Custou-lhes a vida essa forma de ver o mundo. E continua custando.

Nos 30 anos em que o autor destas linhas escreve sobre os

índios guaranis-caiovs em Mato Grosso do Sul (que se matam porque não lhes deixaram terra suficiente para viver de acordo com sua cultura), a cada ano são muitas dezenas de suicídios entre eles: 34 vezes mais que a média nacional, segundo a Survival International (18/10). Um suicídio a cada semana desde 2000, a imensa maioria de jovens de 15 a 29 anos, o mais jovem com apenas 9 anos de idade (Adital, 19/10). Já era assim há três décadas, quando um jovem de 18 anos se enforcou numa árvore no dia seguinte ao do seu casamento. E deixou escrito no chão, sob seus pés: “Eu não tenho lugar”.

Em muitos lugares ainda é assim – embora no julgamento da demarcação de terras em Rorai-

Mitologia indígena nos faz lembrar a insustentabilidade do nosso modo de viver

ma, nos mais altos tribunais, o constitucionalista José Afonso da Silva, em parecer brilhante, tenha demonstrado, e para aí conduzido o julgamento, que os direitos dos indígenas a suas terras são reconhecidos desde as Ordenações Manuêlinas do século 17, que nos regeram e foram seguidas pelas ordenações e constituições posteriores. Mas hoje, segundo o Censo de 2010, existem apenas 896 mil índios de 305 povos no nosso território. E 98,47% estão na Amazônia, onde, conforme relatórios internacionais, inclusive do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), seu modo de viver – mais que reservas ecológicas ou parques nacionais – é o mais adequado para a conservação da biodiversidade.

Pois com tudo isso, agora vamos ter grupos de trabalho para dizer a quem pertencem as terras; e recursos federais para pagar a quem nelas entrou, para que saia. E se tenta mudar a legislação, até derrubando cláusulas pétreas da Constituição, como enfatiza texto dos bispos Erwin Kräutler, presidente do Conselho Indigenista Missionário, e Enemésio Lazzaris, presidente da Comissão Pastoral da Terra. Eles também se referem a conflitos em Mato Grosso do Sul, onde terras dos índios caioús, “demarcadas há 100

anos e homologadas há quase 40, continuam invadidas”. Não por acaso, nesse Estado ocorrem, entre 2000 e 2012, nada menos que 317 assentamentos nessas terras, algumas delas com “títulos de propriedade do Estado”. Será que ainda voltaremos aos anos 1980, quando a Índia Tuira encostou um facão no pescoço de um diretor da Eletrobrás, indignada com discussão sobre o licenciamento de uma hidrelétrica? Será que ainda vamos ouvir o experiente Marcos Terena repetir: “Vocês, brancos, são uma cultura que não deu certo”?

Seja como for, a cada dia mais se fala da nossa “crise civilizatória”, da inadequação dos nossos modos de viver às possibilidades do planeta. Ouviremos os “índios”? Ailton Krenak, que se tornou conhecido quando, no plenário do Congresso Nacional, pintou o rosto de preto para protestar contra ameaças no projeto da Constituição de 1988, hoje diz (Ecológico, setembro de 2013) que “estamos caminhando para um desastre comum, porque não conseguimos mais nos reconhecer uns aos outros”. Lembra ele: “Só somos índios para os outros. Para nenhum de nossas famílias nós somos os índios (...). Nós nos reconhecemos como seres humanos e talvez a crise de civilização que vivemos seja um grande liquidificador para que todas essas alunas generalistas – os amarelos, os índios, os brancos, os pretos – se dissolvam neste caldeirão, para que aprendamos, de novo, a ser a velha e ótima humanidade”.

Se não for assim, Ailton Krenak nos recontará o mito indígena que diz ter o mundo sido criado sob a forma de uma esfera dividida ao meio em duas abóbadas, uma assentada sobre o chão e voltada para o alto, a outra em cima, voltada para baixo; e, entre elas, segurando a superior, nasceram os indígenas. “Se eles desaparecerem, a abóbada de cima cairá sobre a de baixo e tudo esmagará”, ensina Krenak.

Linguagem mitológica, claro. Mas não custa lembrar a insustentabilidade dos nossos modos de viver.

* JORNALISTA
E-MAIL: WLNRNOVAES@UOL.COM.BR

Bandoleiro tropical

JOÃO MELLÃO NETO

Se você quiser saber o que um homem é de fato, dê-lhe algum poder. Esse ditado é antigo, mas permanece atual. No escândalo do mensalão houve provas eloquentes desse comportamento.

Eu me recordo bem do dia 2 de fevereiro de 1991, quando, com mais 512 colegas, tomei posse do meu primeiro mandato de deputado federal. Era tudo novidade. E, confesso, senti um quê de entusiasmo por estar conhecendo, pessoalmente, pessoas de que somente ouvira falar pelo noticiário. A experiência prática, porém, acabaria por me demonstrar uma realidade bem diversa.

Há no Congresso Nacional um ditado: sejam quais forem os seus membros, a legislatura seguinte sempre se demonstra de qualidade inferior à anterior. Infelizmente, é verdade. Até porque existe uma espécie de “seleção negativa” pela qual a falta de escrúpulos é um trunfo decisivo na hora de conquistar votos. Nas sábias palavras de Roberto Campos, o que de fato conta nessa disputa é o “dialeto PAMG”, ou seja, prometer, acusar, mentir e gritar.

Pois bem, apesar de tudo, minha primeira legislatura, pelo nível de seus componentes, aparentava ser boa. Eu tinha em mente as palavras de Santiago Dantas, proferidas uns 20 anos antes: em todas as legislaturas a gente há de encontrar uns 30% de patriotas que darão tudo por suas convicções, outros 30% que nem sequer sabem que convicções têm e, ainda assim, restam 40% que votam conforme a onda do momento; trate de juntar-se aos 30% bons e dessa maneira você será feliz. As palavras de Santiago Dantas são relevantes porque, entre outros motivos, ele era tido pela quase unanimidade do Congresso como a cabeça mais brilhante que por lá havia passado.

Infelizmente, não dá para distribuir elogios a todos. Havia muitos colegas de legislatura a quem, por mais que eu tente, não consigo atribuir nenhum.

O trio de “irmãos metralha”, por exemplo, por pensamentos, palavras e gestos, além de omissões, bem mereceu as penas que agora cumpre. O pior de todos, sem dúvida, é José Dir-

ceu, que soma à empáfia uma dose intragável de pretensão messianismo. Esse creio conhecer relativamente bem. E os momentos que relato a seguir ocorreram na quinta-feira logo após a nossa posse.

O avião que nos traria de Brasília a São Paulo, como sempre, estava lotado. Estávamos todos os passageiros na fila de embarque quando mais um imprevisto aconteceu: a aeronave que nos precedia tivera um problema técnico insolúvel e fomos todos avisados de que não havia mais assentos disponíveis para nos transportar.

A companhia aérea – vim a saber depois – tinha um procedimento-padrão para enfrentar tais emergências. Então, trançou o guichê e nos deixou ao deus-dará. Afinal, todos nós já estávamos bem alojados em Brasília, pensaram eles. Por que não poderíamos embarcar no dia seguinte?

A princípio acreditei que dava para ganhar essa disputa no grito. Mas desisti quando me deparei com o então senador Fernando Henrique Cardoso, que, conformado, se dispôs a adiar o seu embarque.

Mas nem todos os passageiros se mostraram cordatos e compreensivos. José Dirceu, imitando a foto que o immortalizou, tratou de galgar o guichê

O que restou a José Dirceu foi apenas um emprego de favor num hotel de segunda

da empresa aérea, proferiu um discurso candente e, a seguir, invadiu a pista de embarque das aeronaves, sentando-se sobre a roda dianteira do avião.

A partir daí a Polícia Federal, em conjunto com a Infraero, decidiu tomar uma atitude drástica. Ambas foram atrás do “passageiro rebelde” e o removeram de pista. Para evitar maiores danos a “Sua Excelência” trataram de removê-lo na mesma posição em que o encontraram: de cócoras. Dirceu perdeu essa batalha, mas nem de longe perdeu a guerra.

Logo depois seria eleito presidente do Partido dos Trabalhadores (PT), no qual tramou o maior crime político da História do Brasil, o famigerado mensalão. Aonde ele queria chegar?

Dizem que Dirceu acumulou uma fortuna considerável. Também, pudera! Na condição de “primeiro-ministro” do antigo e do atual governo, já conta mais de uma década de poder. Toda a burocracia sabe disso. Sendo assim, quem ousaria a insanidade de não atender a um pedido dele, ou mesmo de não atender ao telefone? Ademais, ele consegue conciliar amizades tão díspares quanto os irmãos Castro, de Cuba, e Carlos Slim, o homem mais rico do planeta, com fortes interesses ligados às telecomunicações.

Com todos esses trunfos, ele pode afirmar-se uma pessoa desapegada de ambições materiais. Até porque tudo o que deseja “cai de graça” em suas mãos. Sua fortuna, dizem os desafetos, é incalculável. Abrange desde terras e negócios ligados ao ramo até a área de informática. Foi por intermédio de Dirceu, homem sobretudo generoso, que o Lulinha, filho do ex-presidente, logrou vender por nada menos que US\$ 5 milhões um software de qualidade duvidosa a uma empresa concessionária de serviços públicos. Se a nós, simples mortais, fosse dado saber quantos dólares o videogame do Lulinha custou ao arário em termos de “reciprocidade”, teríamos todos optado por pagar ao garoto – um Einstein, segundo seu orgulhoso pai – e deixá-lo como a posse do brinquedo.

Desde que teve de exonerar-se da chefia da Casa Civil da Presidência da República – por causa do escândalo que já se formava –, Dirceu fazia questão de se dizer aliviado do pesado encargo: “De agora em diante poderei me dedicar aos meus negócios particulares, sem ter que prestar contas a ninguém”. Aquela altura, poucos podiam avaliar os estragos que ele causaria ao Tesouro Nacional. Se tivéssemos uma vaga ideia das somas envolvidas, teríamos optado por amarrá-lo no cargo.

José Dirceu tentou ser, ao mesmo tempo, um bandoleiro tropical e um arrebatedor de corações de senhoras balzaquinas. Não deu. O que lhe restou foi um emprego de favor num hotel de segunda.

* JORNALISTA, FOI DEPUTADO, SECRETÁRIO E MINISTRO DE ESTADO

Fórum dos Leitores

CORRUPÇÃO

Cartel dos trens x mensalão

Encerrada a novela mensalão, em que próceres do PT, bem ou mal, foram qualificados e devidamente trancafiados, nós, os ingênuos cidadãos paulistas e brasileiros que ainda acreditam numa moralização difícil, mas possível, do nosso sistema político-administrativo, estamos sendo apanhados no contrapé da nossa – até agora – confiança nos homens que administraram e administram nosso Estado nestes 20 anos de PSDB, em se tratando de possíveis maracutaias entre multinacionais, lobistas e representantes governamentais de todos os governos passados e atual, na construção do sistema metroferroviário de São Paulo e Brasília. Sabemos que o PT vai lançar mão de todas as armas para acobertar os companheiros julgados e condenados. Mas a maior meta é, sem sombra de dúvida, se apoderarem do poder

em terras paulistas – nossa capital já foi, falta o Estado-líder, que a partir de agora passa a ser fustigado ferozmente, sem dó nem piedade. Por tudo isso é que o PSDB tem de sair da “zona de conforto”, pois estranhamente não age como oposição estruturada e consciente, para enfrentar os ataques – sabemos lá se não são verdadeiros – dos petistas. A integridade política, ética, administrativa e pessoal de um Mário Covas, de José Serra e do próprio Geraldo Alckmin foi posta em xeque. Esperamos que não seja xeque-mate.

ALOISIO A. DE LUCCA
aloisiodelucca@yahoo.com.br
Limeira

Criatividade

Já se sabia da criatividade nos governos do PT. Primeiro foi a “contabilidade criativa” nas contas públicas. Agora o partido se superou com a “tradução criativa”, no Ministério da Justiça, do

dossiê Siemens.
FERNANDO CALMON
fscalmon@gmail.com
São Paulo

Nunca sabem de nada

Seguindo as lições do mestre, agora ninguém sabe quem traduziu os famigerados documentos. Ninguém sabe, ninguém viu. Daqui a pouco ainda vão dizer que os tais documentos se autotraduziram.

RICARDO SANAZARO MARIN
slestudio@ig.com.br
Osasco

ARTE E CULTURA

É preciso preservar o Masp

O Iphan, o governador, o IAB, a OAB, a Prefeitura e outras instituições e entidades precisam acordar com o povo para manter nosso batimento cardíaco dignamente vivo e seguro. Vergonha é pouco pelo que vemos

em torno do Masp. Há solicitações viáveis e planejadas urgentes e necessárias para proteger esse patrimônio paulista universal. Basta dar-lhes prioridade sobre as lâmpadas chinesas, as árvores de Natal e os Papais Noéis de papelão espalhados pelas redondezas. Qual será o destino de quem não faz nada e não deixa fazer?

MARIA BONONI, artista plástica, Ph.D. pela ECA-USP
mariabononi@mariabononi.com.br
São Paulo

Vão livre

É triste que uma ideia como a de cercar o Masp seja considerada por qualquer pessoa, quanto mais por um curador artístico. Seria contra tudo de bom, visionário e libertador que essa obra arquitetônica afirma, principalmente pelo próprio vão livre. Livre em coerência total com sua função de parte externa de um museu de arte, uma vez que arte

é algo que é, e deve ser, essencialmente livre. As manifestações populares só comprovam a sua importância e a sua elevação à categoria de ágora, espaço público de integração onde os cidadãos se expressam livremente. A ideia de cercar o museu é sintoma de uma mentalidade tacanha, pautada pelo medo, acuada por uma realidade que se fortalece em atitudes como essa, assumidas por detentores do poder material que, primeiro, segregam pela ignorância, pelo comodismo, pelo egoísmo ou pela falta de escrúpulos; depois, se contentem para se defender dos subprodutos de suas escolhas. Cercar o Masp seria um retrocesso social e um crime contra a inteligência de todos. Se drogados e traficantes ocupam a ágora, que se cuide dela com policiamento, cuidado e amor pelos desvalidos, buscando soluções no sentido da integração, não da segregação. Algo deve ser feito, mas que não inclua a adulteração violenta de um projeto ar-

quitetônico de importância artística, histórica e emocional para qualquer paulista e que mantêm viva na nossa cidade a chama da liberdade.

PEDRO V. DE A. ALVES PINTO
pedrovicente@yahoo.com
São Paulo

Esclarecimento

A respeito do editorial do **Estadão** sobre o “vão livre do Masp” (20/11, A3), duas observações: 1) A mostra *A Terra Vista do Céu* não foi encerrada, suspensas foram as atividades educativas na tenda instalada no local, por falta de segurança para o público e os monitores; 2) um jornalista do **Estadão** perguntou-me o que pode o Masp fazer para evitar os casos de pessoas que se precipitam do vão livre com consequências por vezes fatais, respondi que o vão não é do Masp, e sim da Prefeitura, e que, de todo modo, no passado o Masp sugeriu a colocação de grades no